

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGELINA

LEI Nº 764

CRIA O FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

MAURO JONCK, Prefeito Municipal de Angelina, faz saber a todos os habitantes do município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DOS OBJETIVOS

Art. 1º: Fica criado o Fundo de Desenvolvimento do Turismo, com a finalidade de prover recursos para a implantação de programas e a manutenção dos serviços oficiais de turismo no Município.

— único: O Fundo de Desenvolvimento do Turismo de que trata este artigo será identificado pela sigla "FUNDETUR".

Art. 2º: O Fundo De Desenvolvimento do Turismo, em consonância com as diretrizes da política municipal de turismo, serão aplicados no(a):

- I - Desenvolvimento e implantação de projetos turísticos no Município;
- II - Manutenção dos serviços de turismo no Município, a encargos da Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente, Indústria, Comércio e Turismo.
- III - Aquisição de materiais de consumo e permanentes, destinados aos projetos e programas turísticos.
- IV - Promoção, apoio participação e/ou realização de eventos pela Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente, Indústria, Comércio e Turismo.
- V - Divulgação das potencialidades turísticas no Município através dos meios de comunicação, a nível local, estadual, nacional e internacional;
- VI - Programas e projetos de qualificação e aprimoramento profissional dos serviços turísticos;
- VII - Outros Programas ou atividades, integrantes ou do interesse da política municipal de turismo.

CAPÍTULO II
DA SUBORDINAÇÃO DOS FUNDOS

Art. 3º: O Fundo de Desenvolvimento do Turismo será administrado por um Conselho Deliberativo, responsável pela aprovação de projetos e programas turísticos, integrantes da política municipal de turismo, que correrão à conta dos recursos do Fundo bem como pela aprovação dos recursos do Fundo e sua aplicação.

Art. 4º: O Conselho Deliberativo será composto de 07 (sete) membros, a saber:

- I - O Secretário de Agricultura, Meio Ambiente, Indústria, Comércio e Turismo
- II - O Secretário Municipal de Administração
- III - O Tesoureiro Municipal
- IV - O Presidente do Conselho Municipal de Turismo
- V - Três membros do Conselho Municipal de Turismo, escolhidos na forma de seu regulamento.

Art. 5º: O exercício como membros do Conselho Deliberativo do Fundo será desempenhado gratuitamente, ficando expressamente vedada a concessão de qualquer tipo de remuneração, vantagem ou benefício de natureza pecuniária pelo desempenho da função.

Art. 6º: Ao Conselho Deliberativo do FUNDETUR compete:

- I - Aprovar diretrizes e normas para a gestão do Fundo;
- II - Aprovar a aplicação e liberação de recursos do Fundo;
- III - Estabelecer limites máximos de financiamentos, a título oneroso ou a fundo perdido, para as modalidades de atendimento previstas no artigo 2º desta Lei;
- IV - Fiscalizar e acompanhar a aplicação dos recursos do Fundo, solicitando, se necessário, o auxílio do controle interno do Município; e
- V - Propor medidas de aprimoramento de desempenho do Fundo, bem como outras formas de atuação, visando à consecução da política de turismo do Município.

CAPÍTULO III DAS ATRIBUIÇÕES DO FUNDO

Art. 7º: São atribuições do Secretário de Agricultura, Meio Ambiente, Indústria, Comércio e Turismo, como gestor do Fundo e Presidente do Conselho Deliberativo:

- I - Acompanhar, avaliar e decidir sobre as ações previstas no Plano de Turismo do Município, cuja execução se dará à conta dos recursos do Fundo;
- II - Submeter ao Conselho Deliberativo os planos de aplicação dos recursos a cargo do Fundo, em consonância com o Plano Municipal de Turismo da Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- III - Submeter ao Conselho Deliberativo e ao Prefeito Municipal as demonstrações contábeis e financeiras do Fundo;
- IV - Encaminhar à contabilidade geral do Município as demonstrações mencionadas no inciso anterior;
- V - Ordenar os empenhos e os pagamentos à conta do orçamento do Fundo;
- VI - Movimentar, juntamente com o Prefeito Municipal, quando necessário ou

exigido, convênios e contratos, inclusive de empréstimo, referentes a recursos que serão administrados pelo Fundo; e

VII - Preparar e encaminhar os relatórios de acompanhamento da realização das ações da política de turismo financiados pelo Fundo, para serem submetidos ao Conselho Deliberativo e ao Prefeito Municipal.

CAPÍTULO IV DA COORDENAÇÃO DO FUNDO

Art. 8º: O Fundo terá um coordenador designado pelo Prefeito Municipal, ao qual caberão as tarefas técnicas e administrativas inerentes as competências do Fundo e do Conselho Deliberativo.

— 1º: A coordenação do Fundo ficará subordinada diretamente ao Secretário de Agricultura, Meio Ambiente, Indústria, Comércio e Turismo, gestor do Fundo e Presidente do Conselho Deliberativo.

— 2º: As atribuições do coordenador do Fundo serão estabelecidas em ato específico da regulamentação.

CAPÍTULO V DOS RECURSOS DO FUNDO

SEÇÃO I DOS RECURSOS FINANCEIROS

Art. 9º: Os recursos financeiros do Fundo constituir-se-ão basicamente de:

I - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento de hotéis, pousadas, restaurantes, imobiliárias, agência de viagem e similares;

II - Taxas de Alvará de Temporada regulamentados por Lei;

III - Imposto sobre serviços de hotéis, pousadas, imobiliárias, corretores de imóveis, agências de viagens e similares;

IV - Transferência, auxílios e subvenções de entidades, empresas e órgãos, internacionais, federais, estaduais e municipais, específicos ou oriundos de convênios ou ajustes financeiros firmados pelo Município, cuja aplicação seja destinada especificamente às ações de implantação de projetos turísticos e ecológicos no Município;

V - Recursos transferidos pelo Município ou entidades privadas, orçamentários ou decorrentes de créditos especiais e suplementares que venham a ser, por Lei ou decreto, atribuídos ao Fundo;

VI - Rendimentos e juros provenientes de aplicações financeiras dos recursos do Fundo; e

VII - Doações feitas diretamente ao Fundo e outras rendas eventuais, outras taxas do setor turístico ou incentivos fiscais, que por ventura vierem a ser criados.

Art. 10º: As receitas que constituírem recursos do Fundo, serão depositadas em

estabelecimentos oficiais de crédito, em contas específicas, sob a denominação de PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGELINA/FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO - FUNDETUR.

Art. 11º: Quando disponíveis, os recursos do Fundo poderão ser aplicados no mercado de capitais, objetivando o aumento de receitas do Fundo, cujos resultados a ele reverterão.

SEÇÃO II DOS ATIVOS DO FUNDO

Art. 12º: Constituem ativos do Fundo:

- I - Disponibilidade monetária, oriundas das receitas específicas;
- II - Direitos que por ventura vier a constituir; e
- III - Imobilizados, moveis, utensílios, máquinas, equipamentos e outros.

Art. 13º: Constituem passivos do Fundo as obrigações de qualquer natureza que por ventura venha a assumir para a manutenção e o funcionamento do Plano Municipal de Turismo.

CAPÍTULO VI DO ORÇAMENTO E DA CONTABILIDADE

SEÇÃO I DO ORÇAMENTO

Art. 14º: O orçamento do Fundo de Desenvolvimento do Turismo evidenciará as políticas e programas de trabalho da Administração Municipal e integrará o orçamento geral do Município, observados, na sua elaboração, os padrões e normas estabelecidas na legislação permanente no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias e os princípios da universalidade e do equilíbrio.

SEÇÃO II DA CONTABILIDADE

Art. 15º: O orçamento do Fundo será organizado de forma a permitir o exercício das suas funções de controle prévio, de informar, apropriar e apurar custos, concretizam objetivos, bem como interpretar e avaliar os resultados obtidos, por seus demonstrativos e relatórios e integrará a contabilidade geral do Município.

_ único: O Fundo terá um responsável técnico, devidamente habilitado, integrante do Quadro próprio de Pessoal, designado por ato do Prefeito Municipal, ao qual competirá as atribuições deste artigo, bem como outras definidas em regulamento.

CAPÍTULO VII DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 16º: A execução orçamentária do FUNDETUR se processará em observância às normas e princípios legais e técnicos adotados pelo Município.

Art. 17º: A despesa do Fundo, se constituirá na aplicação dos recursos no financiamento total ou parcial no desenvolvimento e implantação de projetos turísticos bem como na manutenção de serviços de turismo.

CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 18º: O Fundo de Desenvolvimento do Turismo terá duração indeterminada.

— único: Em caso de extinção da FUNDETUR, seu patrimônio será incorporado ao Município.

Art. 19º: A Administração superior e coordenação político-administrativa do Fundo serão exercidas pelo Conselho Municipal de Turismo e pelo Conselho Deliberativo do Fundo.

Art. 20º: Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 21º: Revogadas as disposições em contrário.

Angelina, 05 de dezembro de 1997.

MAURO JONCK
Prefeito Municipal